

<http://doi.org/10.1590/15174522-109104>

# Fronteiras, fluxos migratórios e produção da “ilegalidade migrante”

Jalcione Almeida\* 

**O** dossiê deste número de *Sociologias* trata de um tema de crescente relevância na esfera global, fronteiras e migrações, com foco em suas dinâmicas recentes na América Latina e no Caribe. A revista retoma o importante e atual tema das migrações, em sua plena evidenciação sociopolítica, e que já foi tratado em nosso número 49 (Truzzi; Monsma, 2018). Naquela ocasião, como anunciávamos no Editorial, trouxemos “abordagens sobre as migrações como moldadoras da formação histórica da América Latina, das representações ‘problemáticas’ dos ‘novos migrantes’ na Europa e na América do Norte, da distinção entre refugiados e migrantes, ou ainda como os migrantes foram (são) abordados nas ciências sociais brasileiras”.

---

\*Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil.

O presente dossiê, com o título de “Sociologia e fronteiras: a produção da ‘ilegalidade’ migrante na América Latina e no Caribe”, organizado por Gustavo Dias e Eduardo Domenech, aproxima-se do tema sob outra perspectiva: a do controle e securitização das fronteiras e dos marcos jurídicos e políticas migratórias que produzem a “ilegalidade” de certos grupos de migrantes ao mesmo tempo em que, no marco do contexto neoliberal que se dissemina, os explora como mão de obra barata e desprovida de direitos de cidadania. O dossiê apresenta aos leitores e leitoras de *Sociologias* textos que trazem, através de distintas realidades sociais analisadas, contribuições conceituais e empíricas para a sociologia pensar como a multiplicação de fronteiras, no mundo contemporâneo, ganha forma na América Latina e no Caribe, e que também descortinam uma importante heterogeneidade de experiências de “ilegalização” da população migrante, ligadas às diferentes transformações ocorridas na região.

Os fluxos migratórios, ao reposicionarem geograficamente os indivíduos, portadores de histórias e culturas particulares em sociedades diversas, acabam por ressignificá-las. A história social e cultural das sociedades ao longo do tempo, sob efeito de diferentes e variadas migrações, tem evidenciado esse processo. Como destacado quando apresentamos o dossiê sobre migrações, em 2018, este tema já é tratado pelas ciências sociais desde o início do século XX, com a publicação da clássica obra de William I. Thomas e Florian Znanieck (2012) – um estudo sobre migrantes poloneses publicado em cinco volumes entre 1918 e 1920. Na sociologia, a partir do estudo acima, o tema das migrações passou a ocupar uma posição de destaque, ganhando visibilidade e renovando-se nesses últimos vinte anos, a partir dos diversos eventos migratórios ao redor do mundo. No Brasil, a sociologia das migrações assumiu grande

importância nos debates nacionais e foi tratada por renomados cientistas sociais, como Florestan Fernandes, Eunice Durham, Ruth Cardoso e Octavio Ianni, entre outros.

Como problema teórico e análise empírica, o tema das fronteiras não foi abordado amplamente pelos clássicos das ciências sociais<sup>1</sup>, tendo sido um tema secundário nas abordagens sobre o espaço social, os processos de expansão capitalista e as reconfigurações dos Estados nacionais.

Se no passado as fronteiras eram visualizadas como consequência do contato de civilizações ou como derivadas dos processos de povoamento, pesquisas recentes mostram que elas não são apenas um produto das relações sociais, mas também suas produtoras. Até meados da década de 1980, segundo Oliveira (2016), as fronteiras interessaram as ciências sociais – e a sociologia em particular – predominantemente como “frentes de expansão ou colonização”, ou como “zonas de conflito”, ou ainda através de relações entre identidade e diferenças produzidas em determinadas regiões de territórios nacionais e com grupos étnicos específicos. Já na década de 1990, teria ocorrido, segundo Cardoso de Oliveira e Baines (2005), um deslocamento nos estudos dos cientistas sociais e sociólogos sobre as fronteiras, passando a focar os chamados “territórios fronteiriços internacionais”. Atualmente, conforme apontam Cardin e Albuquerque (2018), a produção acadêmica mundial

<sup>1</sup>Segundo Cardin e Albuquerque (2018, p. 115), no entanto, Georg Simmel e Max Weber teriam feito “considerações relevantes sobre fronteiras e limites espaciais”. O primeiro, questionando a noção de fronteiras naturais e os limites geográficos como não estando objetivados na paisagem, “produzidos [que são] por processos históricos de ocupação, dominação e interação entre os grupos sociais e imaginados subjetivamente pelos indivíduos”. Já Max Weber teria refletido “mais diretamente sobre situações específicas nas fronteiras do império alemão”, abordando “os sentimentos nacionais, as memórias históricas e a disjunção entre língua e identidade nacional daqueles moradores das regiões em disputa que falam em alemão e se identificam com a história francesa”.

sobre o tema é marcada por uma mudança epistemológica do lugar das fronteiras nas investigações, passando a ser considerada como uma categoria sociológica dotada de grande poder explicativo. Em outras palavras, as fronteiras deixaram de ser o lugar onde as relações ocorrem, ou até mesmo o resultado dessas relações, para efetivamente serem consideradas variáveis influentes e até mesmo determinantes na explicação de inúmeros fenômenos sociais contemporâneos. As fronteiras, então, não apenas passam a definir ou indicar um “lugar”, uma “frente” ou um “limite geográfico”, mas, como sugere Oliveira (2016), configuram, preponderantemente, *uma perspectiva teórica e metodológica de reflexão* sobre distintos processos e situações sociais localizados entre espaços políticos, culturais, econômicos, jurídicos e naturais diferenciados<sup>2</sup>.

Recentemente, também, a discussão sobre fronteiras tem sido realizada no marco dos recentes processos contemporâneos de regionalização e internacionalização de políticas migratórias e de externalização das fronteiras. Neste dossiê, em uma perspectiva mais singular, os artigos buscam explorar as reconfigurações que as políticas e práticas de controle de migração e fronteiras têm experimentado durante as duas últimas décadas na América Latina e no Caribe. Segundo os organizadores, é aqui ofertada uma leitura que permite apreciar as conexões existentes entre as diversas experiências nacionais em áreas de fronteira, bem como as articulações específicas que se estabelecem entre as diferentes práticas de controle e vigilância da mobilidade migratória e das fronteiras, em determinadas circunstâncias e momentos, na América Latina e no Caribe (Domenech; Dias, neste dossiê). Embora as análises

---

<sup>2</sup>*En passant*, é importante destacar o pouco espaço que a “dimensão natural” das fronteiras, particularmente em sua interação com dinâmicas sociais específicas, tem ocupado nas análises sociológicas sobre o tema.

propostas reconheçam a importância das origens nacionais dos migrantes nos sistemas de classificação estatais e nas práticas de migração e controle de fronteiras, as abordagens não consideram apenas o grupo nacional como ponto de partida. Antes, são vislumbradas reflexões dentro de um quadro mais amplo, em que sua relevância analítica é determinada por algum evento específico e pela implantação de certas políticas e práticas.

Do ponto de vista das ciências sociais, e da sociologia em particular, as “lutas migrantes” formam um elemento constitutivo dos regimes de migração e fronteiras. Conforme Domenech e Dias (neste dossiê), essas lutas não são meras respostas ou reações a políticas oficiais de migração ou a qualquer nova forma de governo da migração, elas têm um papel ativo na definição de políticas de controle de mobilidade. Essas políticas são desafiadas constantemente pelas múltiplas formas e contínuas transformações que os movimentos migratórios e suas lutas derivadas adquirem em diferentes escalas. Como proposto por Mezzadra e Neilson (2013, citados por Domenech e Dias, neste dossiê), as fronteiras são simultaneamente “espaços de controle” e “espaços de excesso” e, como tal, “lugares de luta”. As chamadas “lutas pelo movimento” acabam por envolver diferentes migrações e emergem no confronto com os regimes de controle da mobilidade.

O maior interesse pelo estudo das “ilegalidades” migrantes, segundo os organizadores deste dossiê, tem sido acompanhado pela reformulação das perspectivas teóricas adotadas em investigações mais recentes nas ciências sociais. Nesse sentido, a noção de *produção da “ilegalidade” migrante* tem sido altamente produtiva para a análise das novas configurações assumidas na região estudada. A proposta do dossiê visa contribuir para a expansão dos desdobramentos que essas novas configurações ocasionaram e promover novas visões e discussões em torno

da “ilegalidade” migrante e dos processos de criminalização, securitização e humanitarização da migração na região.

Assim, através de estudos empíricos embasados em categorias sociológicas como, por exemplo, crise, ilegalidade, soberania, segurança nacional, vulnerabilidade, cidadania, deportabilidade e neoliberalismo, o dossiê pretende explorar a definição da “ilegalidade” migrante enquanto uma construção social contingente. Conforme seus organizadores, a presente proposta de dossiê se diferencia daquelas aproximações preocupadas com as características, causas e consequências da chamada “migração irregular” e aposta na análise crítica sobre a produção da migração no marco de diferentes regimes de mobilidade e fronteiras em distintos contextos socio-históricos.

Na seção **Artigos** deste número de *Sociologias* trazemos, por primeiro, o texto de Pablo Emanuel Romero Almada, intitulado “1968 e a teoria social contemporânea, 50 anos depois: rebelião social, fragmentação ou nova cultura política?”, no qual o autor investiga as ressonâncias dos eventos de 1968 na teoria sociológica contemporânea. Nesse sentido, 1968 é entendido como um evento de significativos efeitos pelo mundo, protagonizado, inicialmente, pelo movimento estudantil e que englobou cisões no radicalismo, novas configurações político-ideológicas, a crítica ao socialismo soviético e a abertura de uma perspectiva terceiro-mundista nas lutas sociais. Por isso, esse evento serviu de base de reflexão para várias formulações teóricas do marxismo, da teoria crítica, do estruturalismo, do pós-estruturalismo e de correntes pós-modernas, cada qual com uma interpretação específica. Agrupando tais interpretações, o autor encontra três abordagens distintas na teoria sociológica sobre os eventos: rebelião, fragmentação social e nova cultura política dos movimentos sociais. Portanto, como hipótese de leitura, são agrupadas essas três perspectivas interpretativas, as

quais cumprem de forma geral uma identificação preliminar das análises realizadas nos últimos 40 anos. Assim, objetiva-se a construção de um amplo balanço histórico e sociológico no que diz respeito à compreensão dos acontecimentos de 1968, com enfoque na ressonância desses na elaboração teórica das últimas décadas. Ademais, esse balanço almeja investigar também como as disputas recentes em torno dos sentidos dos conflitos de 1968 se apresentam nas “comemorações” de 50 anos, ensejando as disputas de afirmação e negação dos sentidos dos acontecimentos na teoria sociológica.

Maria Gorete Marques de Jesus e Thais Lemos Duarte, por sua vez, apresentam o artigo “Tortura? Como o mecanismo nacional preventivo brasileiro conceitua e analisa práticas de tortura em espaços de privação de liberdade”, com a proposta de compreender como o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), órgão do Estado brasileiro em atuação desde 2015, conceitua e analisa as práticas de tortura detectadas em espaços de privação de liberdade visitados no país. Especificamente, as autoras pretendem estudar *i)* em que circunstâncias este mecanismo identifica determinada violação de direitos como tortura, *ii)* de que maneira diferencia “tortura” de “maus tratos” e, por fim, *iii)* se o órgão estabelece escalas de práticas torturantes, considerando os distintos tipos de estabelecimentos que visitou. Para atingir esses objetivos, foi realizado um estudo dos relatórios produzidos pelo MNPCT entre 2015 e 2018, o que permitiu concluir que inexistente um padrão de tipificação da prática. A percepção construída pelo órgão sobre tortura é fluida, parecendo estar em disputa e em construção. O artigo propõe que as análises empíricas sobre a atuação do Mecanismo Nacional podem contribuir para a reflexão teórica sobre o fenômeno da tortura, sobretudo no que se refere à questão da prevenção.

“A patologia da normalidade: Erich Fromm e a crítica da cultura capitalista contemporânea”, de Fabrício Maciel, é o terceiro artigo desta seção. Nele o autor procura problematizar a crítica de Fromm à cultura do capitalismo contemporâneo. Para tanto, faz uma releitura particular, mas não apenas, de uma de suas principais obras maduras, o livro *Psicanálise da sociedade contemporânea* (*The sane society*), no qual o autor sedimenta seu projeto analítico de uma “psicanálise humanista”. Na primeira parte, o artigo reconstrói, através da ideia de “patologia da normalidade”, a crítica de Fromm aos fundamentos culturais do capitalismo contemporâneo. Na segunda parte, a reconstrução é levada adiante através dos conceitos de “caráter social” e “alienação”, de modo a compreender como o capitalismo tardio do século XX aprofunda, como nunca antes, uma cultura anti-humanista. Na conclusão, o autor do artigo procura argumentar como a obra de Fromm pode ser de grande valia para a compreensão dos problemas tanto individuais quanto coletivos da atualidade.

Stephan Treuke, em *“Opportunity-enriching environments or isolating gated communities? Assessing the chances of socio-economic integration of the populations of four shantytowns of Salvador, Brazil”*, examina o impacto do efeito-território nas condições de vida dos moradores de quatro bairros populares de Salvador, Brasil. Em particular, indaga sob quais condições a proximidade a condomínios fechados de elite produz sua integração socioeconômica. O estudo demonstra que a relação entre proximidade espacial e integração socioeconômica se vê condicionada à capacidade de o espaço público facilitar as articulações (não)empregatícias entre os grupos socialmente distantes, ao impacto do crime e ao grau de isolamento físico dos condomínios fechados. Enquanto, no bairro de Calabar, as amplas oportunidades de participação socioeconômica

proporcionadas pelos condomínios fechados vizinhos mitigam o efeito-território, as relações (não)empregatícias se reduzem drasticamente no caso dos bairros menos centrais Vale das Pedrinhas e Bate Facho, onde o proletariado informal está impedido de utilizar o espaço público para atividades comerciais. A construção do condomínio fechado altamente isolado Alphaville II nem favoreceu as articulações entre os grupos socialmente distantes, nem beneficiou a integração econômica dos moradores do bairro Vila Verde. Em todos os bairros analisados, as fronteiras físicas foram internalizadas por um discurso similar que enfatiza o acesso hierarquizado às oportunidades de ascensão socioeconômica, nomeadamente no que tange ao acesso à escola e à segurança pública. O estudo sugere a reflexão sobre uma aproximação mais holística das desigualdades sociais, orientada por políticas de trabalho e de habitação socialmente mais integrativas.

*“Derecho a la ciudad: personas en situación de calle y en riesgo de situación de calle en la Ciudad de Buenos Aires (2017-2019)”*, de autoria de Veronica Paiva, é o último artigo desta seção. Nele a autora busca analisar o caso das pessoas “em situação de rua” e “em risco de situação de rua” na cidade de Buenos Aires no período de 2017 a 2019, examinando as causas de ingresso na dita situação, o tempo, as estratégias de vida e as redes que implementam para viver na rua. Ademais, se examina o caso das pessoas que vivem em hotéis, mas que utilizam refeitórios para se alimentar, dado que seus ingressos em dinheiro não alcançam o montante para a cobertura total de suas necessidades cotidianas. Essa situação é analisada através das noções de “direito à cidade” e “direito ao espaço urbano”, examinando-se o alcance desses conceitos no marco das políticas urbanas neoliberais implementadas na cidade de Buenos Aires desde a década de 1990.

Na seção **Interfaces**, este número de *Sociologias* traz o artigo de Valdênio Freitas Meneses, “‘Saudade e rusticidade’: a convivência com o semiárido entre grandes pecuaristas do Nordeste”. O autor avança a ideia de como a convivência com o semiárido – ou a convivência com as secas – foi identificada junto a movimentos sociais e políticas públicas direcionadas às populações mais pobres no meio rural do Nordeste brasileiro, consolidando uma crítica ao modelo de grandes obras de combate à seca e contra uma histórica dominação das elites de grandes proprietários de terra. Atento a esse debate, este artigo evidencia uma versão da convivência com o semiárido que tem direção política e simbólica favorável à grande propriedade rural na região semiárida brasileira: trata de como frações de elites pecuaristas do Nordeste construíram uma ideia de convivência com as secas, desde final dos anos 1970, através de cruzamentos de discursos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), de entidades patronais de grandes pecuaristas regionais, até editoriais da imprensa especializada alinhados à Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ). Diferente da convivência com o semiárido de pastorais, ONGs e redes, como a Articulação para o Semiárido (ASA), o projeto pecuarista de superação do combate às secas posiciona centenárias fazendas como local legítimo, por excelência, de produção de conhecimentos, de tradições passadas a técnicas modernas para conviver com as estiagens. Identificada essa convivência “conveniente” à grande propriedade pode-se mapear um campo de disputas entre múltiplas versões da convivência com o semiárido. A partir disso, o artigo conclui com proposta de atualizar uma agenda de debates sobre a relação entre elites, secas e poder no Nordeste.

Na seção **Resenhas**, apresentamos dois textos. O primeiro deles, de Leonardo Octavio Belinelli de Brito, resenha o livro de André Botelho, *“O retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil”* (Ed. Vozes, 2019). Esta obra reúne dez artigos, alguns dos quais em coautoria, em que o autor procura interpretar obras clássicas do pensamento social brasileiro à luz da sociologia política, estabelecendo, com isso, diálogos com pesquisas contemporâneas nacionais e internacionais, ao mesmo tempo em que oferece um “programa forte” para a área.

O segundo texto desta seção, de autoria de Josemar Farias da Silva e Selma Suely Baçal de Oliveira, resenha a obra de Perry Anderson, *“Brasil à Parte: 1964-2019”* (Boitempo Editorial, 2020). Esta obra, segundo os resenhistas, apresenta uma narrativa excepcional da história econômica e política brasileira dos últimos 35 anos. Ao longo do texto, examinam alguns dos elementos fundamentais de contribuição de Anderson, destacando a influência de seu posicionamento teórico e as singularidades de sua interpretação. A crítica realizada pelos resenhistas pretende demonstrar, através de um processo de análise imanente, a relevância e os limites da obra, cuja importância evidencia-se no cenário contemporâneo da crise social, política e econômica ora vivenciada em nível mundial.

Por fim, a última seção neste número, **Brazil Today**, apresenta a comunicação de Rodrigo Foresta Wolffbuttel, intitulado “Produção social da inovação: o automóvel elétrico e as redes de inovação no Brasil” (*The social production of innovation: the electric automobile and innovation networks in Brazil*). Nele, o autor identifica, hoje, no mercado automotivo mundial, os contornos de um novo e instigante fenômeno que já se faz sentir em âmbito nacional: o desenvolvimento e uso de automóveis movidos a energia elétrica. O ressurgimento dessa forma de motorização encontra-se ligado a uma série de questões

sociais, políticas e econômicas que têm pressionado o mercado automotivo e seu *modus operandi*. Essas questões, segundo o autor, vinculam-se ao desenvolvimento de novas tecnologias e produtos que se propõem a desafiar competidores nesse mercado, assim como a uma série de problemas ambientais, de mobilidade urbana e de saúde pública advindos da constante expansão do atual padrão de produção em massa e do uso individual de veículos leves movidos à combustão interna.

Neste momento, em que ainda persistem os efeitos da pandemia do coronavírus, e que têm motivado grandes mudanças nos modos de vida no mundo inteiro, desejamos a todos nossos leitores e leitoras a superação das dificuldades com saúde e tranquilidade; temos a expectativa de que novos e melhores tempos logo virão. Para tanto, julgamos importante que possamos nos posicionar de forma crítica, democrática e proativa frente ao atual contexto sociopolítico e à nova realidade que se avizinha.

Tenham todos uma boa leitura e um excelente 2021.

*O Editor*

## Referências

1. CARDIN, Eric Gustavo; ALBUQUERQUE, José L. C. Fronteiras e deslocamentos. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 114-131, jan.-abr., 2018.
2. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen G. (org.). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: Editora UnB, 2005.
3. DOMENECH, Eduardo; DIAS, Gustavo. Regimes de fronteira e “ilegalidade” migrante na América Latina e no Caribe. **Sociologias**, v. 22, n. 55, p. 40-73, 2020. <http://doi.org/10.1590/15174522-108928>
4. OLIVEIRA, João P. de. A conquista do vale amazônico. Fronteira, mercado internacional e modalidades de trabalho compulsório. In: OLIVEIRA, João P. de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. p. 117-160.
5. THOMAS, William I.; ZNANIECKI, Florian. **The polish peasant in Europe and America**. Charleston: Nabu Press, 2012.
6. TRUZZI, Oswaldo; MONSMA, Karl (orgs.). Dossiê - Sociologia das migrações: entre a compreensão do passado e os desafios do presente. **Sociologias**, v. 20, n. 49, 2018. <https://doi.org/10.1590/15174522-02004901>